

Introdução

***"(...) a tomada de consciência contemporânea (antropológica, psicanalítica, etc.) de que a tradição, que se tinha relegado para um passado totalmente acabado, julgando assim expulsá-la, permanece e volta nas presentes práticas e ideologias".
(Michel de Certeau, em "A Nova História").***

O cartaz branco traz o desenho infantil de uma menina, segurando um ursinho de brinquedo. Uma única lágrima corre de seu olho direito. Abaixo do nariz e tampando-lhe a boca, vemos um muro formado de tijolos cinza. Aí está, sem boca, sem voz, sem fala, o desenho da menina. Ele vem com uma legenda: "O abuso sexual ocorre em casa, e o muro do silêncio protege a família e impede a proteção da criança..."¹

As indignações e indagações a respeito do incesto como tabu nortearam nosso percurso profissional. Sempre estivemos bastante intrigados pelas proibições de casamento entre parentes consangüíneos ou simplesmente pelas brincadeiras entre primos que não podiam ter um relacionamento mais íntimo sob o risco de "terem filhos deformados", bem como outras explicações que apontam para uma descendência comprometida por problemas genéticos.

Na infância, as explicações sempre estão carregadas de insinuações misteriosas, nunca explicitadas, como se houvesse uma explicação muito clara e objetiva que somente não pudesse ser revelada, tal como as "não-explicações" relativas à maior parte da curiosidade sexual infantil. Talvez a mera constatação de que "é assim porque é", tenha servido de questionamento para nossas convicções, a ponto de fazer-nos chegar à academia com tantas questões relativas ao abuso sexual infantil, como corolário da questão maior, que lhe é subjacente, o tabu e mais precisamente, o tabu do incesto.

Tendo sido esta uma das principais questões que nos trouxeram para a área da Psicologia, gostaríamos de mostrar o texto de Freud que mais marcou nossa trajetória reflexiva acerca do tabu do incesto.

"A evidência do incesto entre deuses, reis e heróis ajuda-nos também a lidar com outra tentativa, que busca explicar biologicamente o horror ao incesto e

¹ Cartaz do programa S.O.S. Criança, da ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) e FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) e do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

fazê-lo remontar a um obscuro conhecimento dos danos causados pelo cruzamento consangüíneo. Sequer é certo, entretanto, que *exista* algum perigo de danos por causa desse cruzamento, quanto mais dizer que povos primitivos pudessem tê-lo identificado e contra ele reagido. Do mesmo modo, a incerteza na definição dos graus permitidos e proibidos de parentesco pouco argumenta em favor da hipótese de que um 'sentimento natural' constitui a base suprema do horror ao incesto". (Freud, 1939:144).

Posteriormente, nossos estudos e atendimentos clínicos nos levaram a alguns dados que nos permitiram dimensionar o problema. Primeiro, que é bem mais provável que uma menina e não um menino seja agredido. O setor de Sexologia do Instituto Médico de São Paulo registrou 2403 queixas de abuso sexual, entre as quais quase 70% (1665 casos) foram contra meninas com menos de dezoito anos; 8% dos casos foram contra meninos e 23%, ou seja, 547 casos, contra mulheres adultas (Diêgoli et alii, 1996, apud Seixas, 1999). Segundo a ABRAPIA, 90% dos casos de gestação de meninas com até 14 anos de idade foram frutos de incesto, sendo o autor da agressão, em sua maioria, pai, tio ou padrasto.

Também podemos ver que esse tipo de abuso é um fenômeno bastante freqüente. Segundo a ABRAPIA, 9% das denúncias de maus tratos são de abuso sexual. Em 1998, Flores et alii (2002) estimaram que 18% das mulheres adultas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sofreram algum tipo de assédio sexual cometido por algum membro de sua família. Em 1999, Kristensen, Oliveira e Flores (2002), mostraram que de 1281 casos de violência contra crianças e adolescentes, mais de 26% tinham sido de natureza sexual (apud Seixas, 1999). Segundo artigo publicado no jornal "O Globo" de 14 de abril de 2002, uma pesquisa feita por entidades que trabalham em parceria com o Ministério da Justiça indica que a cada oito minutos uma criança brasileira é vítima de algum tipo de abuso. Sabemos que o número de casos de abuso sexual infantil aumentou muito nos últimos anos. Existe, contudo, um aspecto bastante positivo neste aumento de notificação, pois revela que o tema está saindo das brumas do segredo para poder ser denunciado e ouvido publicamente.

O interesse acadêmico pelo tema também tem aumentado, e estamos sugerindo uma reflexão que privilegia o aspecto qualitativo, enfocando a especificidade desse assunto no campo psíquico, com as respectivas implicações no âmbito do social.

Estes são dados sobre o abuso sexual infantil no Brasil, o que não significa que não encontremos paralelos similares em outras partes do mundo, mesmo no que costumamos chamar de "primeiro mundo". A recente descoberta de redes internacionais de prostituição e pornografia infantil via internet mostram que a grande maioria de seus "clientes" são de países desenvolvidos e de bom nível social e de educação.

"A violência contra crianças e jovens deixou de ser vista como uma característica inerente a pais pobres e famílias desestruturadas quando as estatísticas revelaram que são os pais, em todo os níveis sociais, os principais violentadores físicos e sexuais de seus filhos, tanto em países ricos como em países pobres". (Passetti, 1999: 374).

Como sabemos, vários casos de pedofilia estão sendo denunciados pela mídia e se tornam alvo de atenção do poder público; como atesta, por exemplo, a convocação dos bispos americanos pelo papa João Paulo II no mês de abril de 2002 para discutir as denúncias contra alguns membros do clero. Também como indício da visibilidade desse fenômeno foi instituído o dia 18 de maio, no Brasil, como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Para organizar nossa reflexão optamos por uma sistematização que nos permitisse fazer um percurso que retratasse, de alguma forma, uma coerência, também, com nossa trajetória profissional, de historiadora a psicóloga. Privilegiamos a questão do silêncio, em suas múltiplas acepções, refletindo sobre as diversas dinâmicas que o suportam, como o muro do silêncio e sobre outras que ajudam a desvendá-lo, como, por exemplo, os

fatores de resiliência que permitem à criança romper com este pacto perverso, escapando do lugar de vítima.

O primeiro capítulo trata da conceituação de abuso sexual infantil, contextualizando-o na história da criança, para que possamos ter uma melhor compreensão do fenômeno e aprimorar a escuta e atuação dos profissionais que trabalham com esses casos. Aspectos históricos, jurídicos e sociais são examinados, contribuindo para explicar o surgimento da idéia de infância, da criança como sujeito de direitos e do abuso sexual como uma violação a esses direitos.

Examinamos, no segundo capítulo, as diferenças e aproximações da antropologia e da psicanálise, no que se refere ao tabu e, mais especificamente ao tabu do incesto. A interdição a algum objeto de desejo, diverso na especificidade de cada cultura, funda o pacto social, tanto para Lévi-Strauss quanto para Freud. Os mitos são analisados como fantasias fundamentais do ser humano e também como estruturadores das fantasias. A sedução é vista em sua ambigüidade, já que o sedutor traz em si o desejo destruturante de infringir o tabu ou pelo menos um pacto social, enquanto a criança é forçada a entrar num jogo em que sabe que vai perder, mas que acaba por ser capturada. Mostramos a teoria da sedução e frisamos que ela não pode ser pensada como um indício do descrédito da psicanálise sobre o sofrimento das vítimas.

No terceiro capítulo, vemos os mitos e segredos familiares e sua importância para explicar o pacto do silêncio, que se ancora numa falsa tentativa de proteção da família sobre acontecimentos destruidores, como o abuso sexual infantil. A questão do trauma, ilustrada por alguns fragmentos de atendimento clínico que realizamos, é também examinado. Vemos ainda uma revisão da teoria de Ferenczi sobre o trauma destruturante do abuso, que envolve o desmentido e a descrença da revelação dolorosa da criança. Fazemos várias recomendações e sugestões que apontam para a necessidade de restituir a palavra à criança e romper com o silêncio aniquilador no espaço terapêutico e na escuta à família.

Por fim, no quarto capítulo escrevemos sobre a possibilidade de uma reconstrução, apesar de toda a adversidade, forçando-nos a olhar para processos de enfrentamento e resiliência. (Cohler, 1987). Definimos resiliência e seus fatores reforçadores, recorrendo à literatura psicanalítica francesa, quando privilegiamos a abordagem de Boris Cyrulnik. Resiliência não representa a ausência de sofrimento, mas a possibilidade de sobreviver, encontrando caminhos construtivos e aceitos socialmente. Ilustramos esse ponto com aspectos clínicos de pacientes atendidos. Discutimos, baseados em literatura americana, francesa e brasileira recentes, a prevenção da repetição do abuso e apontamos para a escola como espaço de construção de resiliência para crianças e adolescentes.

Concluimos nosso trabalho, acreditando que ele serviu para abrir, ainda mais, nossos olhos para a trágica dimensão que o abuso sexual vem atingindo na atualidade. Atender nossos clientes vítimas de abuso sexual, nos aproximou ainda mais do grande desafio que representa para todos nós, - profissionais da área de saúde, educação, serviço social ou justiça -, o resgate da cidadania e da subjetividade de crianças e adolescentes abusados sexualmente. Ajudar a esquecer ou permitir que a criança ou o adolescente se lembre é a principal tarefa do processo analítico, que deve representar o espaço potencial onde as experiências podem ser vividas e reeditadas em segurança.

E, finalizando, tivemos a oportunidade de confirmar, mais uma vez, o nosso pressuposto básico, de que nunca a criança é culpada pelos abusos sexuais de que é vítima e que existem horizontes que se abrem para a vida, dando a possibilidade de alegria e prazer para além da terrível experiência.